

A herança: crise financeira

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

Uma economia saindo da recessão e mostrando sinais de dinamismo, mas com o sistema financeiro prestes a quebrar: esta é a herança que o governo Tancredo Neves receberá do governo Figueiredo, segundo o presidente do IBGE, Jessé Montello. Para ele, a crise do Sistema Financeiro da Habitação, ainda não resolvida, é parte de uma crise maior, que atinge todo o sistema financeiro. E tem uma causa: a correção monetária e as distorções que ela provoca atualmente na economia brasileira.

Jessé Montello, professor da Fundação Getúlio Vargas e da USP, afirma que a tese do ex-ministro Octávio Gouvêia de Bulhões de se acabar com a correção monetária deve ser olhada com muita atenção pelos economistas brasileiros. Entretanto, ele oferece uma outra alternativa, que seria a de o governo dar à correção monetária o mesmo tratamento fiscal que dá aos juros, ou seja, tributando-a pesadamente, para neutralizar seus efeitos nos vários orçamentos da Nação. Acha mesmo que Francisco Dornelles não encontrará outras soluções fora dessas duas alternativas.

Jessé Montello nega que o atual dinamismo da economia, demonstrado por um crescimento recorde de 16% da indústria em janeiro último, seja resultante do excesso de emissão de moeda dos últimos tempos. Para o presidente do IBGE —, depois de cair — 3,2% em 1983, o PIB voltou novamente a crescer em 1984, quando deverá atingir a 4,4%, com um crescimento de 3,5% da agricultura e de 6,7% da indústria.

Além de mostrar que a indústria está crescendo firme e continuamente nos últimos 14 meses, Jessé Montello afirma que a capacidade ociosa da economia caiu de 29,1% para 23,6%, indicando que está aumentando o uso da capacidade instalada do parque industrial. A seu ver, esse dinamismo pode ser explicado pelo grande impulso do setor exportador, que atingiu primeiramente os setores de metalurgia, mecânica e química e agora começa a se espalhar pelos setores de adubos, fertilizantes, produção de tratores e implementos agrícolas, até atingir bens de consu-



Arquivo

Montello disse que o sistema financeiro está prestes a quebrar

mo duráveis em geral. Assim, o setor exportador já está ativando o mercado interno e deve constituir-se, junto com a agricultura, nos setores dinâmicos da recuperação brasileira.

Para a Fundação Getúlio Vargas, que elaborou uma radiografia da economia brasileira para o governo Tancredo Neves, em sua última "Carta do Ibre", a situação não é nada tranqüila, com uma dívida interna de Cr\$ 90,2 trilhões, uma dívida externa de US\$ 100 bilhões, uma inflação que atingiu, em dezembro de 84, o nível histórico de 223,9%, embora, bastante expurgada, a correção monetária começa a exigir do governo um esforço quase insustentável para mantê-la. Tancredo Neves estará nas mesmas condições de um mutuário do SFH para gerir o Brasil, pois os encargos e correção monetária da dívida pública já atingem 16% do PIB. Mantida a regra da correção monetária, a dívida interna chegará a 35% do PIB, somente com sua rolagem, segundo a previsão da FGV.

Além desse problema, que não é pequeno, Tancredo Neves vai encontrar uma série de vazamentos no orçamento monetário que o próprio Banco Central não sabe precisar em números. Estes vazamentos estão

contidos no Programa do Açúcar e do Alcool, déficits do Iapap, nos débitos denominados em moeda estrangeira das empresas estatais, nas cotas de trigo e petróleo, e nos programas de preços mínimos e estoques reguladores.

Para o fechamento dessas contas, no final do ano passado, foram necessárias emissões de papel-moeda no valor de Cr\$ 10,6 trilhões, aumentando 243,8% o volume de dinheiro em circulação sobre o estoque de dezembro de 1983. Isso significa

que Tancredo Neves terá muita dificuldade nos próximos meses para evitar que a inflação dispare e em conseguir retirar esse dinheiro de circulação.

Isso porque a Fundação Getúlio Vargas considera muito difícil controlar a emissão de moeda enquanto o Banco Central continuar subsidiando o risco cambial dos depósitos em moedas estrangeiras. Tais depósitos atingem a Cr\$ 34,7 trilhões, o equivalente a duas vezes o dinheiro total em circulação no País, dando um prejuízo de Cr\$ 5 a 7 trilhões aos cofres da Nação.

O governo Tancredo Neves vai enfrentar também a pressão dos governadores de Estados, a maioria deles que o apoiou e que enfrenta situação financeira caótica e deficitária. Os Estados e municípios brasileiros acumularam déficits, no final de 1984, de Cr\$ 982 bilhões, as empresas estatais de Cr\$ 434 bilhões, e a Previdência Social de Cr\$ 767 bilhões. Caso as empresas estatais não contassem com a generosidade dos cofres públicos, sua situação seria de insolvência.

Segunda a FGV, enquanto a empresa privada superou a crise e está em ótima situação financeira hoje, com baixo nível de endividamento, graças a medidas de austeridade e adotando o desemprego, as estatais, ao contrário, aumentaram seu endividamento. O percentual de despesas financeiras sobre despesas operacionais das estatais cresceu de 28% em 1978, para 85% em 1983. O setor estatal exaure recursos antes destinados ao setor privado, pois os empréstimos dos bancos comerciais a esse setor passaram de 17%, em 1983, para mais de 50% no ano passado.

O setor agrícola preocupa a FGV, embora Jessé Montello seja otimista, destacando que ocorrem atualmente expansões relevantes da fronteira agrícola em Rondônia, em Mato Grosso, em áreas do Cerrado e nas regiões servidas pelos trilhos de Carajás. A FGV aponta uma demanda potencial por alimentos explosiva no País, bastando que a taxa de crescimento populacional permaneça nos atuais 2,5% até 1995. Essa demanda atingirá 92 milhões de toneladas de grãos, para uma produção que hoje está estagnada entre 50/53 milhões desde o ano de 1977.

